

**DANILO DONEDA
LAURA SCHERTEL MENDES
RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
coordenadores

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

(Lei nº 13.709/2018)

**A caminho da efetividade: contribuições para a
implementação da LGPD**

AUTORES

**Andreia Saad
Antonio Carlos de Toledo Negrão
Antonio Hiunes
Bruno Bioni
Daniel Arbix
Danilo Doneda
Ingo Wolfgang Sarlet
Isabela Maiolino
Laura Schertel Mendes**

**Leonardo Albuquerque Marques
Luciano Benetti Timm
Marcela Mattiuzzo
Miriam Wimmer
Ricardo Villas Bôas Cueva
Sergio Paulo Gomes Gallindo
Tercio Sampaio Ferraz Jr.
Veridiana Alimonti
Yasodara Cordova**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais***JULIANA MAYUMI ONO***Gerente de Conteúdo***MILUSA CRISTINE ROMERA***Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner*Produção Editorial**Coordenação***ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES***Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira*Designer Editorial:* Lucas Kfourir*Estagiárias:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho*Capa:* Linotec*Equipe de Conteúdo Digital**Coordenação***MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO***Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo*Gerente de Operações e Produção Gráfica***MAURICIO ALVES MONTE***Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno*Estagária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lei geral de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018) : a caminho da efetividade : contribuições para a implementação da LGPD / obra coletiva ; Ricardo Villas Bôas Cueva, Danilo Doneda, Laura Schertel Mendes, coordenadores. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-086-5

1. Direito à privacidade 2. Direito à privacidade - Brasil 3. Proteção de dados - Leis e legislação 4. Proteção de dados pessoais I. Cueva, Ricardo Villas Bôas. II. Doneda, Danilo. III. Mendes, Laura Schertel.

20-37832

CDU-342.721

Índices para catálogo sistemático:

1. Proteção de dados pessoais : Direito 342.721

Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

Apresentação	5
Ela, a LGPD, vista pelas empresas: uma proposta de visão prática - e otimista.....	17
<i>Andreia Saad e Antonio Hiunes</i>	
I. Emoções iniciais diante da LGPD.....	17
II. Processo de adequação e ameaça de sanções: os inegáveis ônus da LGPD	19
III. <i>Eppur il se muove</i> : a LGPD e seus temas já estão “pegando”	20
IV. A LGPD sob lentes otimistas: benefícios e oportunidades	23
V. Conclusão.....	27
Economia Digital, Proteção de Dados e competitividade	29
<i>Antônio Carlos Negrão</i>	
1. A sociedade de dados	29
2. A Nova Lei Geral de Proteção de Dados.....	30
3. A responsabilidade e o ressarcimento de danos	31
4. O encarregado.....	33
5. A onerosa adaptação	34
6. Considerações finais	35
Bibliografia	36
Compreendendo o conceito de anonimização e dado anonimizado	39
<i>Bruno Ricardo Bioni</i>	
1. Dados anonimizados como a antítese de dados pessoais: o filtro da razoabilidade	39

2.	Calibrando o filtro da razoabilidade: critérios objetivos e subjetivos como fatores de uma análise de risco e os incentivos implícitos à pseudoanonimização.....	42
3.	Exemplificando alguns fatores de risco: os enigmáticos termos “no momento” e “ocasião” do tratamento	48
4.	Conclusão: modelo analítico acerca do processo de anonimização de um dado	52
5.	Bibliografia	53

A importância da privacidade por *Design* e por *Default* (*Privacy by Design and by Default*).....

Daniel Arbix

I.	O princípio de <i>Privacy by Design and Default</i>	56
II.	Minimização: como delimitar os propósitos e limites do processamento	58
III.	Escolhas, controle, transparência e segurança	60
IV.	A importância da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	61
V.	Conclusão.....	62

Notas acerca do assim chamado direito ao esquecimento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça brasileiro ...

Ingo Wolfgang Sarlet

1.	Introdução	65
2.	O direito ao esquecimento na condição de direito fundamental implicitamente positivado	67
3.	Reconhecimento e proteção do direito ao esquecimento pelo STJ ...	73
4.	As decisões do STJ em perspectiva crítica e algumas conclusões...	83
	Referências bibliográficas	87

Desafios para a defesa do consumidor, proteção de dados e concorrência: necessidade de coordenação entre os sistemas.....

Isabela Maiolino, Leonardo Albuquerque Marques e Luciano Benetti Timm

1.	Introdução	92
----	------------------	----

2.	A evolução normativa brasileira na proteção de dados à luz da defesa do consumidor e da concorrência.....	93
3.	Implicações para o Direito do Consumidor: desafios e propostas ...	99
3.1.	O mundo 4.0 e os seus desafios na proteção à saúde e à segurança do consumidor.....	101
3.2.	Coordenação com outras agências e desenho institucional	104
3.3.	Modelo de negócios.....	107
3.4.	Segurança jurídica	109
4.	Conclusão.....	111
5.	Referências	112

Discriminação algorítmica: reflexões no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

117

Marcela Mattiuzzo

1.	A ideia-conceito de discriminação	117
2.	A discriminação algorítmica na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	120
3.	Considerações finais.....	125
	Referências bibliográficas	125

Interfaces entre Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação: um debate sobre a relação entre Direito e Tecnologia

127

Miriam Wimmer

1.	Introdução	127
2.	A largada: sigilo, privacidade e segurança da informação	128
3.	A trajetória: do “direito de ser deixado só” à autodeterminação informativa	132
4.	A encruzilhada: proteção de dados pessoais e segurança da informação	134
5.	Situando o debate: repercussões práticas	137
6.	A linha de chegada	141
7.	Referências	142

Economia Intensiva em Dados, Virtudes da LGPD e Primeiros Desafios quanto à Efetividade..... 145*Sergio Paulo Gomes Gallindo*

- | | |
|--|-----|
| 1. A Era Digital e a Economia Intensiva em Dados | 145 |
| 2. Virtudes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais | 149 |
| 3. Consentimento e Negócio Jurídico | 153 |
| 4. Primeiros Desafios quanto à Efetividade | 157 |
| 5. Considerações Finais | 161 |
| Bibliografia | 161 |
| Sobre a Brasscom | 164 |

Comunicação de Dados e Proteção ao Sigilo..... 165*Tercio Sampaio Ferraz Jr.*

- | | |
|---|-----|
| 1. Sigilo de correspondência, de telegrafia, de telefonia e de dados... | 165 |
| 2. Dados, “data” | 167 |
| 3. Repercussão jurídica | 169 |

Autodeterminação informacional na LGPD: antecedentes, influências e desafios..... 177*Veridiana Alimonti*

- | | |
|--|-----|
| 1. Autodeterminação informacional e controle sobre o fluxo de dados pessoais | 177 |
| 2. Desafios à autodeterminação e noção mais estrutural de controle como resposta | 181 |
| 3. Perspectiva complementar de controle na LGPD: um mapeamento inicial..... | 184 |
| Referências | 190 |

Arranjos institucionais para a 4ª Revolução Industrial 193*Yasodara Córdova*

A incidência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nas atividades do Poder Judiciário 199

Ricardo Villas Bôas Cueva

- 1. Introdução 199
- 2. A proteção de dados pessoais e o acesso à informação 200
- 3. Publicidade do processo e proteção dos dados pessoais 203
- 4. Considerações finais 209
- Bibliografia 209

Autodeterminação informacional: origem e desenvolvimento conceitual na jurisprudência da Corte Constitucional alemã 211

Laura Schertel Mendes

- 1. Introdução 211
- 2. Antecedentes do direito à autodeterminação informacional na jurisprudência constitucional alemã 212
 - 2.1. A liberdade geral de ação 212
 - 2.2. O direito ao respeito à esfera privada 215
 - 2.3. O direito geral de personalidade 222
- 3. O direito à autodeterminação informacional 227
 - 3.1. Origem do direito à autodeterminação informacional na doutrina alemã e na jurisprudência da Corte constitucional alemã: fundamentos e estrutura conceitual 227
 - 3.2. Deveres de Proteção e eficácia horizontal 233
- 4. Conclusão 237
- Referências bibliográficas 240

A LGPD como elemento estruturante do modelo brasileiro de proteção de dados 243

Danilo Doneda

- Antecedentes 245
- Elaboração da Lei Geral de Proteção de Dados 252